

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas

A administração da FIBAM, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, contemplam as práticas contábeis internacionais, conforme o International Financial Reporting Standards (IFRS) e os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações. Todas as comparações levam em consideração o ano de 2010, exceto quando especificado de outra forma.

PERFIL CORPORATIVO

Com mais de sessenta anos de atuação, a FIBAM é líder na produção de fixadores especiais para a indústria automobilística no Brasil, mantendo o compromisso de garantir segurança, qualidade, eficiência e a satisfação de seus clientes.

O portfólio da Companhia é direcionado para aplicações críticas que exigem alto grau de segurança, como: motores, suspensões, freios, cintos de segurança, rodas e sistemas de direção. Além do setor automobilístico, a FIBAM também atua no fornecimento de fixadores para eletrodomésticos, construção civil, equipamentos agrícolas, entre outros.

O relacionamento com clientes é pautado pela qualidade dos produtos, confiabilidade no prazo de entrega e foco no aprimoramento constante, o que resulta em alternativas de redução de custos para o cliente. Esses diferenciais são atestados por múltiplas premiações e certificações concedidas pelos próprios clientes e que renderam à Companhia a liderança no segmento de fixadores metálicos na América Latina. Entre outros certificados de qualidade, a FIBAM é certificada segundo a ISO TS 16949, o que a credencia a fornecer para toda a cadeia automotiva mundial.

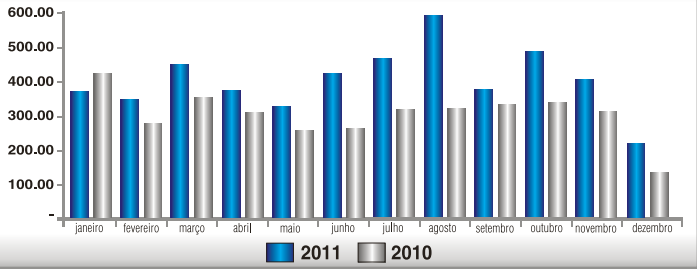
CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL

Quando o mundo começou a sinalizar uma recuperação frente à crise financeira de 2008/2009, problemas fiscais em países europeus trouxeram novas incertezas para a economia global. O ano de 2011 foi marcado pela cautela face a tais incertezas, enquanto uma solução definitiva era postergada por questões políticas. Ainda assim, nesse cenário, o EUA conseguiu reagir e registrou crescimento de 1,7% em seu PIB.

No mercado doméstico, a autoridade monetária foi ágil em tomar decisões que corrigissem os rumos da economia frente à ameaça da desaceleração econômica. Com isso, a taxa de desemprego atingiu mais um recorde mínimo, 4,7%, menor taxa desde o início da série histórica do IBGE. Tal cenário de praticamente pleno emprego, causa um movimento de disputa por talentos e elevação do custo da mão de obra.

O setor automotivo nacional continua sendo um dos símbolos da indústria, face ao potencial do segmento na manutenção e criação de empregos, renda, exportações e inovação tecnológica. Entretanto, seus desafios são latentes e não podem ser ignorados. Os países desenvolvidos se destacam na produção, consumo e exportação de automóveis, peças e componentes, assim como em serviços relacionados com o segmento. O Brasil, por outro lado, vem ganhando importância como mercado consumidor, principalmente de veículos médios e grandes. Contudo, como o país se consolidou como plataforma de produção de veículos populares, os veículos importados elevaram sua participação no mercado interno, com crescimento no emplacamento de 87,4% em 2011 ante 2010. Não obstante a importação de veículos, a importação de autopeças também registrou crescimento. Em 2011, o setor encerrou a balança comercial com déficit de US\$ 4,6 bilhões, alta de 30,9% em relação ao resultado de 2010. As exportações atingiram US\$ 11,1 bilhões e as importações, US\$ 15,8 bilhões. A Europa, por vezes consecutivas, continua sendo a maior exportadora para o Brasil, 41,5%, conjuntura essa que poderá se alterar em 2012, uma vez que a Ásia e a Oceania registraram a maior taxa de crescimento, 28,54%.

Saldo da Balança Comercial - Autopeças



Com estabilidade política, e economia doméstica favorável, o Brasil passa a chamar a atenção de montadoras antes não presentes no país, motivadas também pelas medidas de tentativa de desestimular a importação, impostas pelo Governo Federal. Entretanto, tais barreiras só existem para veículos montados e não são aplicados às autopeças, cujos produtores convivem ainda com pesada carga tributária e pressão nos custos, o que tem reduzido a competitividade e lucratividade.

DESEMPENHO OPERACIONAL

De acordo com dados divulgados pela Anfavea, o ano de 2011 não foi positivo para a indústria automobilística, que registrou redução de 7,0% na produção de veículos, quando comparado a 2010. Os veículos leves representaram 93,6% do total produzido no ano. Mesmo com tal redução no setor, a FIBAM empregou o máximo de expertise e de sua capacidade produtiva para aproveitar as oportunidades na indústria automotiva no Brasil, nos clientes já atendidos e na prospecção de novos players.

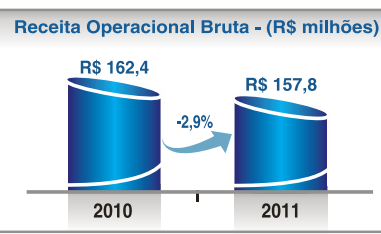
Entretanto, fatores exógenos como: o real visivelmente apreciado, a elevada e complexa estrutura tributária brasileira e as praticamente inexistentes restrições de importação para autopeças, dificultam a competitividade dos produtores locais. O acirramento da concorrência de produtos importados associada a fatores internos de aumento de custo de mão de obra, gás e energia, e ainda o elevado preço do aço praticado no mercado interno, acabou afetando diretamente os custos operacionais da Companhia, prejudicando seu desempenho em 2011.

A Companhia, por outro lado, não assiste de forma passiva o desafio imposto por um cenário mais competitivo. A FIBAM tem empregado esforços para se habilitar como fornecedora de mais montadoras, já que possui certificação para atuar na cadeia automotiva. Ao longo do ano de 2011 foram diversas as reuniões comerciais, testes e provas pelas quais seus produtos foram submetidos, entretanto, é um processo que exige longo tempo de maturação.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Bruta

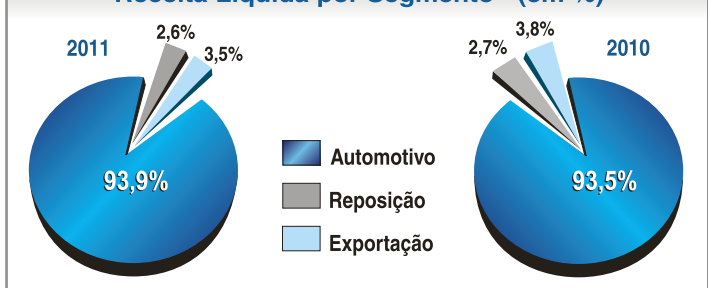
A receita operacional bruta da FIBAM totalizou R\$ 157,8 milhões em 2011, 2,9% abaixo da obtida em 2010, de R\$ 162,4 milhões. Tal desempenho ocorreu face à redução da produção automotiva no Brasil, cuja importação de veículos, principalmente do eixo Mercosul-México, além da Coreia, tem elevado a participação no mercado.



Receita Operacional Líquida

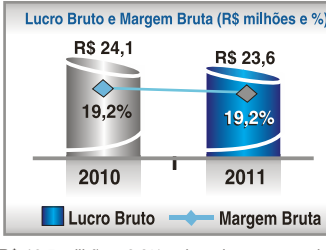
Em 2011, a Companhia acumulou receita operacional líquida de R\$ 122,8 milhões, valor 2,1% abaixo do registrado no ano anterior. O resultado proveniente do segmento automotivo somou R\$ 115,3 milhões, representando 93,9% da receita líquida total do ano, 0,36 p.p. acima da registrada no ano anterior. As vendas para o mercado de reposição permaneceram estáveis, 2,6% da receita total e somaram R\$ 3,2 milhões. As vendas direcionadas para o mercado externo, por sua vez, sofreram o impacto da valorização do real, 12,1%, e recuaram 0,35 p.p. na comparação com a participação de 2010.

Receita Líquida por Segmento - (em %)



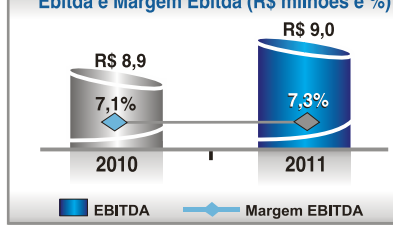
Lucro Bruto, Margem Bruta e Despesas Operacionais

A FIBAM tem empregado esforços no sentido de buscar, constantemente, aumento de eficiência e produtividade. Mesmo com o recuo no faturamento e a pressão nos custos, principalmente em mão de obra e matéria prima, a Companhia manteve a relação entre o custo de produtos vendidos (CPV) e a receita líquida. Em 2011, o CPV correspondeu a 80,8% da receita líquida, a mesma marca de 2010, mas ainda em patamar acima dos 78,6% registrado em 2009, evidenciando a pressão do custo ao longo dos últimos anos, em níveis superiores ao crescimento da receita. Com isso, o lucro bruto registrado em 2011 somou R\$ 23,6 milhões, 2,3% inferior ao montante apresentado em 2010, R\$ 24,1 milhões. A margem bruta, considerando o exercício de 2011, totalizou 19,2%, também a mesma marca registrada em 2010 e em linha com a busca pela eficiência e redução de custos.



Em 2011, as despesas operacionais totalizaram R\$ 19,5 milhões, 8,8% acima do apresentado no ano anterior, de R\$ 17,9 milhões. A maior elevação ocorreu para as despesas administrativas, passando de R\$ 7,0 milhões em 2010 para os atuais R\$ 8,3 milhões, incremento de 17,7%, explicado, em grande parte, por aumento de despesas com pessoal administrativo e serviços de informática. Em contrapartida, as despesas com vendas apresentaram redução de 6,1%, passando de R\$ 6,4 milhões em 2010 para R\$ 6,0 milhões no ano de 2011.

Ebitda e Margem Ebitda (R\$ milhões e %)

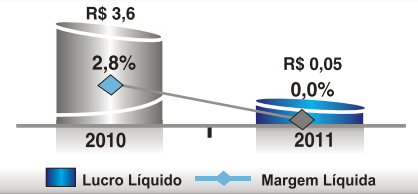


Considerando os desafios impostos pelo setor, com aumento da concorrência, pressão do mercado em relação a preços de venda e redução sazonal da produção de automóveis no mercado local, o EBITDA, em 2011, somou R\$ 9,0 milhões, o que representa um leve aumento de 0,92%, quando comparado aos R\$ 8,9 milhões de 2010. A margem EBITDA foi de 7,3%, praticamente em linha com a obtida em 2010. Com menor receita obtida, o resultado do EBITDA é explicado pela maior amortização em 2011 e também maior resultado financeiro.

Lucro Líquido

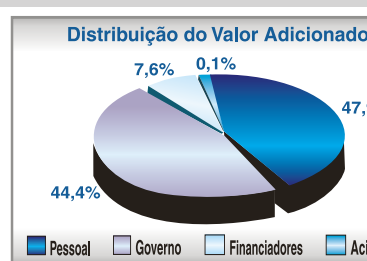
O resultado líquido totalizou R\$ 54 mil ante R\$ 3,5 milhões registrados no ano anterior. Com tal redução, a margem líquida apresentada foi de 0,04% ante 2,78% obtidos no ano de 2010.

Lucro Líquido e Margem Líquida (R\$ milhões e %)



VALOR ADICIONADO

A demonstração da distribuição do valor adicionado da FIBAM tem como objetivo apresentar a destinação da riqueza criada para os seus stakeholders (empregados, governo, instituições financeiras e acionistas). No ano de 2011, a Companhia gerou R\$ 64,5 milhões ante R\$ 62,9 milhões em 2010.



PERSPECTIVAS

No cenário macro, a falta de uma solução para os problemas fiscais na Europa, podem colocar a zona do euro e a moeda comum sob risco. Entretanto, se uma solução for aceita em tempo hábil, poderá renovar as expectativas de recuperação mundial. No mercado doméstico, as obras de infraestrutura para os eventos esportivos de 2013, 2014 e 2016 devem se intensificar, gerando negócios importantes. Tal movimento deve manter estável o nível de emprego e sustentar a taxa de crescimento da produção industrial e, por consequência, do PIB.

Mesmo sendo o Brasil um dos principais mercados consumidores de automóveis, dada a ascensão social, crescimento da renda e oferta de crédito, tal demanda deve continuar mais aquecida para os veículos produzidos fora do país. Os consumidores que antes não tinham carro e demandavam os chamados populares, estão agora migrando para veículos mais potentes e confortáveis. Os investimentos que estão previstos para adequação de plantas ou criação de novas unidades produtivas, têm um longo prazo para nacionalização da produção, o que não trará benefícios imediatos.

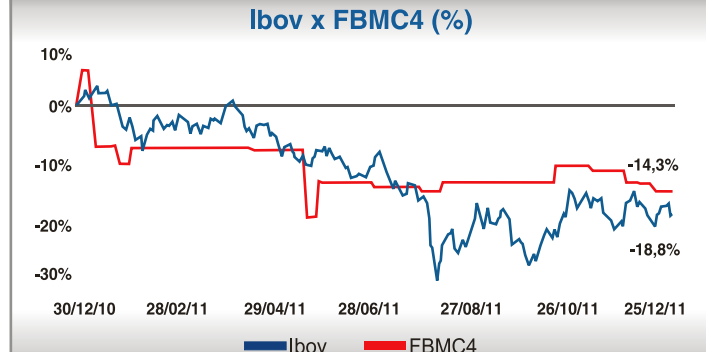
Segundo estudo da KPMG, realizado com 200 montadoras, fabricantes de autopeças, revendas e prestadores de serviços, a concorrência entre as maiores fabricantes de automóveis do planeta para conquistar os mercados dos países emergentes este ano deve se acirrar. A maioria dos especialistas ouvidos espera que, até 2025, a participação dos países chamados de Brics (Brasil, Rússia, Índia e China) no mercado automobilístico mundial alcance 40%. Em 2008, essa marca era de apenas 24%.

Contudo, se a indústria nacional não contar com proteção à importação de autopeças ou com medidas que auxiliem o aumento da competitividade, o déficit verificado na balança comercial em 2011 poderá se agravar. Ainda que no curto prazo o consumidor possa se beneficiar, é um cenário que limitará investimentos no país.

MERCADO DE CAPITAIS

Em 30 de dezembro de 2011, a cotação da ação preferencial (FBMC4) foi de R\$ 59,9, o que indica desvalorização de 14,3% no ano, período no qual o Ibovespa recuou 18,1%. O volume financeiro médio diário no ano foi de R\$ 144,2 mil, e o valor de mercado em 31/12/2011 alcançou R\$ 109,4 milhões.

O gráfico abaixo representa o desempenho das ações preferenciais da FIBAM em comparação com o Ibovespa:



ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O Capital Social integralizado em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 23,7 milhões, representado por 726.514 ações, sendo 265.160 ordinárias (FBMC3) e 461.354 preferenciais (FBMC4).

AUDITORES INDEPENDENTES

A Padrão Auditoria S/S foi contratada pela FIBAM para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Esta empresa de auditoria não prestou em 2011, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

AGRADECIMENTOS

A Administração da FIBAM manifesta agradecimentos aos seus acionistas e conselheiros pelo apoio e confiança ao longo de mais um exercício, aos seus empregados pela dedicação e clientes, fornecedores e instituições financeiras por uma parceria sólida e transparente que, mais uma vez, em 2011 foi capaz de gerar valor a todos os envolvidos.

São Bernardo do Campo, 14 de março de 2012.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - (Em R\$ mil)					
	2011	2010	2011	2010	
ATIVO					
CIRCULANTE	35.705	39.923	25.553	33.432	
Caixa e Equivalentes de Caixa	183	410	3.515	5.137	
Clientes Nacionais	15.019	16.204	532	482	
Clientes no Exterior	487	268	11.935	19.268	
Impostos a Compensar / Recuperar	1.807	2.397	1.810	1.687	
Contas a Receber	1.136	1.033	5.408	5.162	
Estoques	16.980	19.524	478	384	
Despesas Antecipadas	93	87	1.875	1.312	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	43.575	44.687	53.727	51.178	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	20.514	20.514	24.196	19.301	
Depósitos Judiciais	38	38	-	425	
Outros Créditos	20.476	20.476	15.209	8.297	
IMOBILIZADO	23.061	24.173	29.531	31.877	
Parcelamento de Tributos Federais, Estaduais e Previdenciários			8.987	10.579	
Capital Social			23.749	23.749	
Reservas de Lucros			4.701	7.047	
Reserva de Reavaliação			1.081	1.081	
TOTAL DO ATIVO	79.280	84.610	79.280	84.610	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores Nacionais			15.209	8.297	
Fornecedores no Exterior			8.987	10.579	
Instituições Financeiras			29.531	31.877	
Impostos a Recolher			23.749	23.749	
Obrigações Trabalhistas e Encargos a Pagar			4.701	7.047	
Contas a Pagar			1.081	1.081	
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar			-	425	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO					
Fornecedores no Exterior			15.209	8.297	
Instituições Financeiras			8.987	10.579	
Parcelamento de Tributos Federais, Estaduais e Previdenciários			29.531	31.877	
Capital Social			23.749	23.749	
Reservas de Lucros			4.701	7.047	
Reserva de Reavaliação			1.081	1.081	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			79.280	84.610	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em R\$ mil)

Descrição	Capital Social	Reservas de Lucros		Reserva de Reavaliação	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Investimento			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	23.749	1.566	3.395	1.081	-	29.791
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	3.486	3.486
Constituição de Reserva Legal	-	174	-	-	(174)	-
Dividendos Propostos	-	-	112	-	(112)	-
Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 2,37 por Ação)	-	-	-	-	(1.723)	(1.723)
Reserva de Investimento	-	-	1.800	-	(1.477)	323
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	23.749	1.740	5.307	1.081	-	31.877
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	54	54
Constituição de Reserva Legal	-	3	-	-	(3)	-
Pagamento de Dividendos	-	-	(435)	-	-	(435)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (R\$ 2,54 por Ação)	-	-	(1.914)	-	(51)	(1.965)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	23.749	1.743	2.958	1.081	-	29.531

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - (Em R\$ mil)

	2011	2010
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	54	3.486
Ajustes para Conciliar o Lucro Líquido do Exercício Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais		
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	247
Depreciações do Imobilizado	2.061	1.691
Perda (Ganho) na Alienação de Imobilizado	(99)	(34)
Apropriação de Juros sobre Financiamentos	1.917	1.734
Variações Cambiais sobre Financiamentos	399	(520)
(Aumento) Redução de Ativos Operacionais		
Duplicatas a Receber	968	(262)
Contas a Receber	(104)	73
Estoques	2.543	(6.136)
Outros	1.158	602
Impostos a Recuperar	(6)	794
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais		
Fornecedores	(1.997)	(505)
Impostos a Pagar	368	454
Contas a Pagar	(115)	(357)
CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.147	1.267
Juros Pagos sobre Financiamentos	(1.202)	(657)
Tributos Pagos sobre o Lucro	(568)	(1.345)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.377	(735)
Atividades de Investimentos		
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(960)	(7.232)
Valor de Venda de Ativo Imobilizado	110	36
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(850)	(7.196)
Atividades de Financiamentos		
Captação de Empréstimos e Financiamentos	45.195	34.210
Amortizações de Empréstimos e Financiamentos	(46.729)	(23.969)
Parcelamento de Impostos	(1.591)	(1.032)
Lucros Distribuídos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(1.629)	(1.294)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(4.754)	7.915
(REDUÇÃO) AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	(227)	(16)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	410	426
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	183	410
	(227)	(16)

DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DE JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO NO EXERCÍCIO DE 2011 - (Em R\$ mil)

	2011
Lucro Líquido do Exercício	54
Juros sobre o Capital Próprio	(1.848)
Lucro Líquido	(1.794)
Adições	(869)
Lucro Real	(2.663)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
Lucro Líquido do Exercício	(1.794)
Reversão dos Juros	1.848
Lucro Líquido Final	54
BASE DE CÁLCULO DO DIVIDENDO	
Lucro Líquido	54
Reserva Legal	(3)
Base de Cálculo	51
Dividendos - 25%	13
LUCROS ACUMULADOS	
Lucro Líquido	54
Reserva Legal	(3)
Juros sobre o Capital Próprio	(1.848)
Dividendos	(117)
Saldo à Disposição da AGO	(1.914)
IRRF	207
Resumo:	
Juros sobre o Capital Próprio	1.848
Dividendos	117
Total a Distribuir	1.965

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - (Em R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia produz e comercializa fixadores, com acentuada diversificação para, praticamente, todos os setores da economia. Os produtos são de aço comum ou nobre nos mais variados tipos e acabamentos. O mercado em que atua, bastante heterogêneo, abrange, além do mercado externo, tanto a indústria automobilística e de autopeças, como indústrias de compressores de frio, nas mais diversas fases de montagem e manutenção.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios findos em 2011 e 2010 e levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, com as alterações constantes nas Leis nºs 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009, e as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade relativas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Dessa forma, as estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas-úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos bens, análise de risco para determinação da provisão para perdas de crédito, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

São apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma). As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de fevereiro de 2012.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

b) Clientes e fornecedores de curto prazo - Os resultados das análises de prazos e valores demonstraram não haver relevância que justifique ajustes a valor presente.

c) Impostos a compensar/recuperar - Os valores referem-se a créditos de PIS, COFINS e ICMS sobre os investimentos em imobilizado e recolhimentos de antecipações de IRPJ e CSLL que superaram o lucro real anual.

d) Estoques - Registrados ao custo médio de aquisição ou de produção, inferiores aos preços de mercado ou aos valores líquidos de realização (vide nota 4).

e) Apuração do resultado e critério de reconhecimento da receita de vendas O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando: (a) o valor pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a empresa; (c) os critérios específicos tiverem sido atendidos em cada uma das vendas realizadas, compreendendo as transferências de propriedade e dos riscos e benefícios inerentes ao produto para o cliente, com a comprovação da transação segundo evidências previstas e confirmação do crédito para a realização da transação. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da FIBAM, e está demonstrada pelo valor líquido dos tributos incidentes, descontos e devoluções.

f) Empréstimos e financiamentos - Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos - Os ativos e passivos de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. As premissas adotadas pela Administração da Companhia para as análises, inclusive de fornecedores e clientes são determinadas em função de prazos de pagamento e recebimento de títulos em conjunto com a análise de relevância de valores.

h) Imobilizado - Demonstrado ao custo de aquisição, construção e reavaliação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas de acordo com o método linear, levando-se em conta a vida útil-econômica dos bens. A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos, objetivando avaliar eventos e mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Desde o exercício de 2009, a empresa vem ajustando as taxas de depreciação em função da vida útil-econômica estimada dos bens.

Impairment - A Administração optou por não ajustar os valores obtidos com as revisões, por se tratar de montante imaterial em relação ao valor residual contábil dos bens.

Arrendamento mercantil - As operações relativas a arrendamento mercantil, cujos contratos foram firmados em 2010 e 2011, foram reconhecidas nas demonstrações contábeis de acordo com as regras estabelecidas pela legislação em vigor.

Custos de empréstimos - Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos.

i) Instituições financeiras - Financiamentos em moeda nacional, atualizados com base nas variações monetárias incorridas até à data do balanço, e os respectivos juros transcorridos, são provisionados de acordo com cláusulas contratuais.

j) Provisão para férias - Constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até à data do balanço, incluindo os correspondentes encargos sociais.

k) Provisão para imposto de renda e contribuição social - Constituídos sobre o lucro real, acrescido do adicional previsto na legislação fiscal.

l) Neutralidade para fins tributários da aplicação da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, por meio da qual, as apurações do Imposto de Renda (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), para o biênio 2009-2010, também em 2011, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76, vigente em 31 de dezembro de 2007. Os ajustes decorrentes das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371.

4) ESTOQUES - R\$ mil

Contas	2011	2010
Produtos Acabados	6.225	6.872
Produtos em Processo	5.840	5.231
Matéria Prima	1.550	4.220
Materiais de Consumo	1.465	1.333
Ferramentas	1.520	1.401
Peças de Manutenção e Materiais Auxiliares	380	467
Total	16.980	19.524

5) OUTROS CRÉDITOS (NÃO CIRCULANTE)

Valores correspondentes a direitos creditórios adquiridos pela Companhia para pagamento/garantia de tributos contestados judicialmente, na sua quase totalidade, Impostos e Contribuições (Imposto de Renda, Adicional de I.R. Estadual sobre antecipações, FINSOCIAL, Contribuição Social, IOF sobre importações, ICMS sobre importações e antecipações de pagamento do IPI, entre outros) e encargos financeiros incidentes sobre os mesmos. Tais créditos não foram aceitos nos juízos como pagamento/garantia das ações fiscais. Por esta razão, em 2008, foi transferido da conta "Depósitos Judiciais" para a rubrica "Outros Créditos", no realizável a longo prazo, o montante de R\$ 20.476 mil. Em decorrência do fato, a Companhia aderiu aos processos de parcelamentos de impostos e contribuições no período de 2006 a 2008. O valor de aquisição dos direitos creditórios é registrado pelo valor pago de R\$ 9.136 mil, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2002. O montante correspondente ao valor total dos direitos creditórios, atualizado até dezembro de 2011, calculado pelos assessores jurídicos, é de aproximadamente R\$ 86.000 mil, cuja realização desse montante depende do desfecho final do Processo em andamento na 2ª Vara Cível, do Fórum Central da Comarca de São Paulo, que tem por objeto a nulidade de Instrumentos Particulares de Cessão de Direitos e pedido de ressarcimento dos valores pagos pela compra de títulos caucionados nas execuções fiscais no período de 1996 a 1999. Até fevereiro de 2009, a Companhia obteve êxito em todas as instâncias judiciais e atualmente o processo encontra-se em fase de liquidação de Sentença. De acordo com o parecer dos assessores jurídicos, a probabilidade de realização do crédito é superior a 60%, equivalente, portanto, a R\$ 50.000 mil, aproximadamente. Dessa forma, o valor contábil é inferior ao valor de realização e assim a Administração da Companhia decidiu manter o saldo contábil no montante de R\$ 20.476 mil em 31 de dezembro de 2011.

6) IMOBILIZADO - R\$ mil

Contas	Tx. Anual Média Ponderada	2011		2010	
		Custo	Deprec.	Líquido	Líquido
Terrenos (*)	-	1.242	-	1.242	1.242
Edificações	3,87%	4.881	(3.483)	1.398	1.444
Máquinas e Equipamentos	8,02%	54.968	(35.366)	19.602	18.000
Móveis e Utensílios	9,77%	663	(515)	148	131
Veículos	7,78%	443	(387)	56	67
Equip. Informática / Software ..	19,90%	2.961	(2.455)	506	548
Outros Bens / Direitos	-	109	-	109	2.741
Total		65.267	(42.206)	23.061	24.173

(*) A conta de Terrenos inclui reavaliação no montante de R\$ 1.081 mil.

7) INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Moeda	Indexador e Taxa Média Anual de Juros	31/12/2011		31/12/2010		Venc. Final	Forma de Pagto.
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010		
Financiamentos de Capital de Giro	R\$ Cdi + 0,18 a.m.	23.848	23.383	12/2012	Mensal		
Financiamento de Máquinas Importadas	-	3.296	4.182	-	-		
- Finimp	US\$ Libor + 1,8% a.a.	733	1.088	04/2013	Semestral		
- Finimp	Euro Euribor + 3,8% a.a.	1.051	1.283	09/2014	Trimestral		
- Finimp	US\$ Libor + 4,5% a.a.	1.479	1.722	01/2015	Trimestral		
- Leasing Financeiro	R\$ 1,20% a.m.	12	39	02/2013	Mensal		
- Leasing Financeiro	R\$ 1,19% a.m.	21	50	04/2012	Mensal		
		<u>27.144</u>	<u>27.565</u>				
Passivo Circulante		11.935	19.268				
Passivo não Circulante		15.209	8.297				

Os financiamentos e empréstimos têm como garantia, conforme o caso, alienação fiduciária, caução de títulos (duplicatas), notas promissórias e aval de acionistas.

8) TRIBUTOS PARCELADOS E OUTROS

	31/12/2011	31/12/2010	Venc. Final
PAEX – Parcelamento Excepcional – PIS/COFINS/IRPJ/INSS	5.462	6.497	06/2017
ICMS – PPI – Programa de Parcelamento Incentivado	3.525	4.082	08/2017
Total	8.987	10.579	

Os parcelamentos são provenientes de processos de consolidação de tributos em atraso e indexados à taxa Selic, com parcelas mensais e consecutivas.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 23.749 mil, representado por 726.514 ações, sendo 265.160 ordinárias e 461.354 preferenciais, nominativas, sem valor nominal.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia creditou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, no montante de R\$ 1.848 mil, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e com a proposta da Administração da Companhia, conforme Fato Relevante publicado em 16 de novembro de 2011.

Embora para fins fiscais os juros sobre o capital próprio tenham sido reconhecidos no resultado do exercício, estão para fins de apresentação das demonstrações contábeis, reclassificados para o Patrimônio Líquido.

Regras sobre distribuição de dividendos

As ações preferenciais gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Prioridade na distribuição de dividendo mínimo e cumulativo de 8% ao ano sobre o valor do capital, mas nunca inferior ao dividendo obrigatório quando distribuído;
- Direito de participar, depois de pagos os dividendos de 8% ao ano sobre o valor do capital ou dividendo obrigatório aos titulares de ações ordinárias, da distribuição de quaisquer dividendos, bonificações ou vantagens votadas pela Assembleia Geral, em igualdade de condições com as ações ordinárias. No exercício em que os lucros forem insuficientes, as ações preferenciais poderão receber dividendos provenientes da conta das reservas de investimento de que trata o § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404, de 1976.

A remuneração aos acionistas sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos para o exercício de 2011 é demonstrada a seguir:

	R\$ mil
Lucro Líquido do Exercício	54
Apropriação à Reserva Legal	(3)
Base de Cálculo	51
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	13
Juros sobre o Capital Próprio (Base TJLP)	1.848
Do Total serão Pagos:	
Para Ações Preferenciais (R\$ 2,5432745 por ação)	1.173
Para as Ordinárias (R\$ 2,5432745 por ação)	675

c) Destinação do lucro líquido e resultado por ação

	R\$ mil
Reserva Legal – 5%	3
Juros sobre o Capital Próprio	1.848
Reversal das Reservas para Investimentos	(1.914)
Dividendos para Ações Preferenciais (R\$ 0,2543274)	117
Total	54

Resultado por Ação

	2011	2010
Lucro Líquido do Exercício	54	3.486
Lucro por Ação – R\$	0,0743	4,7983

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível às ações da Companhia, conforme anteriormente descrito no item 9 b.

Durante o exercício de 2011 não houve emissão de novas ações, portanto não foram pagos quaisquer prêmios sob este pretexto, exceto dividendos pagos aos acionistas preferenciais, conforme previsto no Estatuto. Além dos valores a título de Juros sobre o Capital Próprio, a Companhia adicionou complemento a título de Dividendos aos acionistas preferenciais em atendimento ao artigo 17 da Lei nº 6.404/76 (item 9 b).

A Companhia não detém nenhum tipo de ação em tesouraria. Também não possui participações nem é Controlada por outras Companhias, portanto não existem parcelas de lucro a serem atribuídas a acionistas controladores.

(b) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

(d) Reserva de reavaliação

A Companhia optou por manter o saldo da reserva até a sua efetiva realização.

10) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não efetua operações com derivativos. Os instrumentos financeiros constantes no Balanço Patrimonial encontram-se demonstrados ao valor de realização.

11) COBERTURA DE SEGUROS

Bens do ativo imobilizado e estoques estão cobertos com seguros, em 31 de dezembro de 2011, em montante suficiente para assegurar a reposição dos bens e a continuidade das operações da Companhia em caso de sinistros.

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

12) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia possui somente benefícios de curto prazo a empregados incluindo:

- Ordenados, salários e contribuições à previdência social;
 - Assistência médica subsidiada integralmente para o plano básico e um programa progressivo de descontos com base na opção de planos em níveis superiores de cobertura;
 - Ausências permitidas de curto prazo e esperadas dentro de doze meses após o final do período caracterizada como férias remuneradas;
 - 13º salário;
 - Assistência odontológica em grupo optativa e não subsidiada pela Companhia;
 - Participação nos lucros e resultados;
 - Auxílio-alimentação quase que totalmente subsidiado pela Companhia.
- Os valores relativos desembolsados constam da Demonstração do Valor Adicionado, que é parte integrante desta publicação.
- Tais benefícios são registrados respeitando competência temporal nas demonstrações do resultado nas rubricas "Custo dos produtos vendidos", "Despesas comerciais" e "Despesas administrativas", à razão do centro de custo de referência de cada empregado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

ANDRÉ DE LORENCI
Contador - CRCSP 1SP217350/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas da

FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL

São Bernardo do Campo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da FIBAM é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que

a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da FIBAM para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FIBAM COMPANHIA

INDUSTRIAL em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2012.

PADRÃO AUDITORIA S/S - CRC 2SP 016.650/O-7

SERGIO NOBORU OUTAKA - Contador CRC-1SP 129.531/O-9